

O partido, as tendências e as mulheres: As correntes do PT e a recepção da participação e das pautas femininas (1978 – 1988)¹

ROGER CAMACHO BARRERO JUNIOR*

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi construído por militantes oriundos de diversos setores da sociedade. Muitos deles atuavam também dentro de grupos trotskistas. Ao aderirem à proposta do PT, muitas dessas organizações acabavam se tornando correntes internas, sendo que algumas chegaram a ter influência nos debates e atividades partidárias, vindo a interferir inclusive em seus manifestos e planos de ação (FARIA, 2005: 250 - 251).

Pensando nessas questões, ao estudar a inserção e a recepção de pautas femininas no PT, não podemos deixar de dar luz ao tratamento dado por suas correntes a essas questões. Levando isso em consideração, nos delimitamos em quatro das maiores tendências internas presentes no PT durante o período estudado: A Organização Socialista Internacionalista (OSI), a Convergência Socialista (CS), a Democracia Socialista (DS) e a Articulação.

As três primeiras correntes (OSI, CS e DS) eram grupos de vertente trotskista. A OSI surgiu em 1976 pela fusão de dois grupos: A Organização Marxista Brasileira e o Grupo Primeiro de Maio. A CS fora fundada em 1978 após debates ocorridos na Liga Operária e da reformulação e unificação de grupos trotskistas do Brasil, bem como de outras regiões da América do Sul. Por fim, a DS foi aberta em 1979 a partir de um evento que reuniu militantes de grupos responsáveis pelo jornal *Em Tempo*, como o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), o grupo Organização e correntes socialistas que deixaram o MDB (KAREPOVS, 2007).

Já a Articulação surgiu em junho de 1983 a partir do manifesto *Companheiros do PT*. Ela fora constituída pela ala majoritária do partido e formada em sua maioria por agentes oriundos dos meios sindicais e de grupos vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de militantes provenientes dos movimentos estudantis e do meio intelectual. Nesse sentido, segundo Daniel Aarão Reis Filho (2007: 503 - 540), isso ocorreu devido ao descontentamento de militantes não alinhados às tendências internas do PT, os quais estavam

¹ Este texto é resultado das pesquisas realizadas no projeto que visa estudar a recepção e a influência das pautas de grupos de mulheres no Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1978 e 1988, em especial do segundo capítulo da Dissertação: *E as companheiras? A recepção e influência das pautas femininas no Partido dos Trabalhadores (PT) (1978 – 1988)*, do qual produzimos este texto.

* Mestrando em História pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH – UNIFESP), sob orientação do Professor Dr. Luigi Biondi. Bolsista CAPES.

questionando a tomada de espaço desses grupos dentro do partido. Já para Marco Antônio Brandão (2003), tal fato teria ocorrido devido à forma como essas correntes estavam lidando com as bases, visto que na visão dos militantes não alinhados a elas, o partido estaria dando foco aos processos eleitorais, vindo a negligenciar os movimentos sociais ali presentes.

Dessa forma, lembrando a origem e a composição das correntes aqui delimitadas e a interferência delas dentro do partido, passemos à análise feita acerca da participação feminina e a forma como cada organização abordou tais questões.

As correntes e a participação da mulher na esquerda e nos movimentos sociais.

Ao observarmos os jornais produzidos pelas correntes delimitadas em nossa pesquisa, podemos notar o apoio desses grupos à participação de mulheres dentro dos movimentos sociais, bem como em grupos e organizações de esquerda. Há em alguns momentos críticas ao pouco espaço dado a elas dentro desses grupos, como podemos notar em uma matéria do jornal *Em Tempo*, escrita por Miriam Abromovay e Elizabeth Souza Lobo, onde elas tratam da participação feminina na esquerda. Nesse texto, as autoras dão espaço à fala da militante do PCB, Zuleika Alembert, a qual trata das tensões pelas quais muitas mulheres passariam dentro desse partido (*Em Tempo* n° 89, 1979: 12).

A OSI em alguns momentos atenta para a atuação e a liderança de sindicalistas do sexo feminino, como Isa Corrêa, do sindicato dos funcionários da área da saúde, e Maria Cristina Fachini, conhecida como Tita, do sindicato dos bancários (*O Trabalho* n° 32, 1979: 4; n° 42, 1979: 1). Pensando nessas questões, ainda podemos notar críticas às barreiras impostas à atuação feminina em grupos de contestação política e movimentos sociais. Assim, observa-se em exemplar do jornal da OSI, *O Trabalho*, uma matéria sobre a atuação da mulher nos espaços políticos:

(...) depois de despertadas politicamente, enfrentam dificuldades específicas do seu sexo (...) Para a metalúrgica Aparecida Malavazi, é preciso resolver com urgência essas questões específicas que impedem ou dificultam a participação política das mulheres nas lutas das fábricas, dos sindicatos, dos combates pela Anistia (...) (O Trabalho n° 18, 1979: 6)

Devemos lembrar que a defesa e a discussão acerca de reivindicações oriundas de movimentos compostos por setores como os negros, as mulheres e os homossexuais, eram presentes em jornais provenientes de organizações trotskistas. Segundo Dainis Karepovs e Murilo Leal (2007), a acolhida dessas pautas, dentre vários fatores, também se dava enquanto questionamento aos discursos moralizantes vindos do regime autoritário. Por outro lado,

devemos lembrar que tal aproximação não acabava com tensões e conflitos dentro desses grupos, lembrando que muitos militantes poderiam possuir posicionamentos contrários aos defendidos pelas organizações, vista a diversidade de sujeitos ali presentes, os quais, por meio de suas experiências, acabavam possuindo relações específicas com determinadas questões (REIS, 1993). Nesse sentido, como nos mostra James Green (2003: 37), havia dentre tais militantes a permanência de ideias que iam em oposição a determinadas reivindicações devido ao fato de serem consideradas imorais ou fora do interesse dos trabalhadores, vindo a secundarizar ou omitir tais questões.

Pensando nisso, podemos perceber mais adiante, na matéria acima exposta, uma tensão quanto ao espaço dado às pautas oriundas de movimentos de mulheres dentro de grupos de esquerda: “Mesmo preocupada com os problemas particulares femininos, ela acredita que é preciso sempre lembrar quem é o inimigo principal dos trabalhadores em geral, homens e mulheres, o patrão.” (O Trabalho nº 18, 1979: 6)

Essas tensões também podem ser notadas em um texto da Convergência, onde os redatores do grupo separaram as reivindicações oriundas desses grupos e colocaram os problemas relacionados à luta de classes como o foco que essas militantes deveriam tomar:

(...) existem aquelas lutas específicas da mulher trabalhadora, contra a opressão-exploração dela (...) salário igual para trabalho igual, estabilidade à mulher gestante, fim das discriminações, formação profissional, fim de sua opressão nos locais de trabalho (...) aquelas lutas que a mulher trabalhadora leva em conjunto com os homens; as lutas gerais contra a exploração como, melhores salários, contra o desemprego, organização sindical, etc. (Convergência nº 24, 1980: 9)

Mais adiante nesse texto, os redatores da CS ainda mostraram que a primeira forma de reivindicação uniria agentes que não representariam os trabalhadores, dando força, segundo o texto, a setores da sociedade alinhados à burguesia, enquanto a segunda representaria melhor o operariado de forma geral. Nesse sentido, lembramos que outro fator que gerava conflito dentro dessas organizações quanto às pautas femininas era a ideia de que movimentos interclassistas não representariam de fato os interesses dos trabalhadores, visto que os grupos de mulheres possuíam agentes de diversas origens, como operárias, estudantes, intelectuais, donas de casa, entre outras (GREEN, 2003: 37). Nesse sentido, o homem trabalhador apareceria como a vanguarda dos movimentos de base, o que acabava em alguns momentos omitindo a participação feminina nesses espaços (REZENDE, 2007).

Dessa forma, nas fontes da DS, apesar de o seu jornal, *Em Tempo*, possuir uma seção

específica para tratar dos movimentos de mulheres, nota-se em outras matérias a presença uma visão masculinizada das esquerdas, levando em consideração que em diversos momentos percebe-se a associação apenas de figuras masculinas a esses grupos, omitindo a atuação de mulheres dentro deles. Levando esse ponto em questão, podemos observar o título de uma matéria que diz: “Homens e idéias para toda a esquerda” (Em Tempo nº 84, 1979: 13), na qual se destacava apenas a atuação de militantes do sexo masculino dentro das organizações atuantes durante a década de 1970. Dentro dessa questão, devemos lembrar que a participação feminina era omitida também em outras organizações de esquerda, vista a visão delas enquanto espaços masculinos, como apontado anteriormente (NASCIMENTO, 2012: 11 - 12). Assim, ainda devemos levar em consideração a permanência, entre militantes desses grupos, de posturas que associavam as atividades decorrentes da mobilização política como fatores opostos a uma idéia de passividade associada à feminilidade (WOLFF, 2010: 149)

No caso da Articulação, logo em seu manifesto é de se notar o seguinte tópico: “Militando intensamente nos movimentos populares, sindicais, raciais, culturais e das chamadas minorias, contribuindo com propostas concretas para a condução de nossas lutas, respeitada a sua autonomia” (Articulação, 1983: 2). Nele, como em outras fontes, observamos a preocupação da corrente em agregar pautas de setores identificados enquanto oprimidos.

Por outro lado, também percebemos, em sua documentação, pouca participação de mulheres em seus eventos, bem como em sua direção. Ainda em seu manifesto, observa-se que dos 113 signatários do texto, apenas 20 eram mulheres. Em um livreto acerca do I Seminário Nacional da Articulação, realizado em 1984 em Brasília, percebemos que dos 71 militantes presentes, apenas 7 eram mulheres (Articulação, 1984: 7). Nesse sentido, vários fatores podem ter contribuído para a baixa presença feminina no evento, como as resistências quanto à participação feminina nesses espaços, problema este oriundo desde os militantes do grupo até os familiares dessas mulheres (ROVAI, 2014). A pouca participação feminina na Articulação não diz respeito apenas à corrente, mas também ao PT, levando em consideração que esse problema também estava presente no partido, além do fato de que ela fora construída dentro dele. Dessa maneira, devemos ainda lembrar que formas de pensar que secundarizavam a mulher e a colocavam como agente submisso dentro da sociedade ainda permaneciam no ponto de vista de muitos sujeitos (REZENDE, 2007).

Todavia, é de se notar a falta de referência à atuação feminina em outras fontes provenientes da Articulação. Lembrando a presença majoritária de militantes sindicalistas nessa corrente, remetemos ao fato de que havia entre muitos militantes a permanência de

pontos de vista que omitiam a discussão em torno de questões referentes ao gênero, visto que muitas eram tidas como específicas ou divisionistas (REZENDE, 2007).

Nesse sentido, observando os casos acima postos, devemos lembrar que assim como o Partido dos Trabalhadores, suas correntes internas não podem ser observadas como um bloco monolítico. Nesse sentido, apesar de os quatro grupos darem espaço para tratar da atuação de mulheres tanto dentro deles, como nos demais grupos de esquerda e nos movimentos sociais, é de se notar por meio dos textos presentes nesses jornais, a permanência, entre seus militantes, de ideias que secundarizavam sua atuação, bem como suas reivindicações. Tal questão pode ser observada, por exemplo, quando percebemos os diferentes textos e abordagens existentes entre suas fontes, o que nos leva a refletir acerca dos diferentes posicionamentos ali presentes, além dos possíveis conflitos decorrentes disso. Nesse sentido, remetemos a João José Reis (1993), que mostra que dentro de um grupo há uma variedade de sujeitos com experiências específicas, o que nos ajuda a refletir sobre a forma como eles se relacionavam entre si e com determinadas questões.

As correntes e as pautas femininas referentes ao indivíduo.

Além de tocarem em temas relacionados à luta de classes, muitos grupos trotskistas também discutiam temáticas relacionadas ao ambiente doméstico e ao corpo. Ao tratarem da defesa de lutas contra a discriminação, eles ainda questionavam padrões naturalizados dentro da sociedade e legitimados pelo Estado. Como apontado anteriormente, segundo Dainis Karepovs e Murilo Leal (2007), em um período no qual o regime militar gerava discursos de cunho moralista, tais grupos apoiavam causas que fossem opostas ao governo.

Nesse sentido, podemos notar que os três grupos trotskistas aqui analisados davam apoio oficial a questões como a legalização do aborto e a conscientização da mulher quanto ao seu próprio corpo. Nisso, observamos que os redatores da OSI explicitaram esse ponto de vista em alguns textos, como: “Se os motivos alegados pela Igreja não passam de uma manifestação reacionária, as razões reais para a manutenção do aborto na clandestinidade são bem outras.” (O Trabalho nº 52, 1980: 8). Os redatores da Convergência Socialista chegaram a explicitar na epígrafe de um de seus textos que o grupo é favorável à legalização: “(...) será levada uma campanha nacional com formas de lutas em todos os níveis pela legalização do aborto. Uma campanha que nós da Convergência Socialista entendemos que é fundamental para a liberação da mulher, na construção do socialismo.” (Convergência nº 21, 1980: 13).

No caso da DS, é de se notar um espaço maior a discussões voltadas às pautas referentes ao corpo feminino, bem como com o rompimento de padrões naturalizados dentro

da sociedade. Como dito anteriormente, o seu jornal possuía uma sessão para tratar exclusivamente de questões referentes aos movimentos de mulheres. Em um texto escrito pelas militantes Ligia Rodrigues e Maria Alice Rocha, podemos notar uma discussão acerca da prostituição: “Existe uma categoria de mulheres para as quais a violência começa com o próprio meio de subsistência: as prostitutas, que empurradas pela miséria e pela inexistência de alternativas são obrigadas a vender o próprio corpo.” (Em Tempo nº 96, 1980: 14)

Dessa forma, não podemos esquecer que os trotskistas vinham incorporando desde os anos 1960 temas vindos de movimentos oriundos de setores oprimidos da sociedade (negros, mulheres, homossexuais, entre outros) grupos estes que também vinham passando por um processo de fortalecimento no decorrer da década de 1970. O rompimento com ideias tidas como repressoras adentrava a esses espaços, sendo que tal questionamento era oriundo principalmente dos meios estudantis (ELEY, 2005).

Mesmo assim, devemos lembrar que esses setores possuíam agentes com variadas experiências e pontos de vista, levando em consideração que não podemos observar tais organizações político-sociais como uma categoria homogênea, bem como outros grupos sociais (REIS, 1993). Nesse sentido, dentro das correntes observadas, notamos que ao mesmo tempo em que havia militantes que defendiam determinadas questões, outros acabavam tendo posturas contrárias. Dessa maneira, como já exposto nesse texto, havia militantes desses grupos que possuíam pontos de vista que colocavam a luta de classes como foco principal de reivindicação, negando ou omitindo a importância da discussão acerca de temas que fossem além dos problemas do operariado, o que nos auxilia a compreender a formação de tensões dentro dessas organizações (COSTA, 2010: 185). Assim, podemos notar no seguinte excerto:

(...) além de não garantir os direitos da mulher no trabalho e a assistência à infância, o governo está tentando impor um programa de controle da natalidade que visa apenas a distribuição de pílulas e a amarração de trompas. Mais uma vez está sendo negado à mulher o direito de conhecer e escolher outros métodos anticoncepcionais. Da mesma maneira, o governo nega o direito ao aborto, último recurso para a mulher evitar um filho não desejado. (O Trabalho nº 92, 1981: 2)

Observando esse texto, percebemos que além da questão classista em torno do aborto, o jornal ainda denuncia a imposição por parte do governo de programas de controle de natalidade a mulheres oriundas de camadas populares da sociedade. Apesar de reconhecer a necessidade de elas terem conhecimento de outras formas de evitar uma gravidez, bem como seu próprio corpo, os redatores do texto não discutem a discriminação de gênero que colocava a mulher dentro de uma função materna e submissa, pensamento este naturalizado dentro da

sociedade (GOODY, 1991). Também, não escrevem acerca da oposição existente entre os trabalhadores sobre a livre sexualidade feminina. Assim, essa questão mais uma vez nos remete ao fato de que dentro desses grupos havia a permanência de ideias que defendiam a não existência de tensões quanto a essas pautas entre os seus militantes. Segundo tal ponto de vista, o machismo seria fruto do capitalismo (D'ATRI, 2004; TREBISACCE, 2010).

Sendo assim, ainda podemos notar nos jornais *O Trabalho*, levantados em nossa pesquisa, que há poucos textos que discutiam questões acerca da sexualidade feminina ou do aborto. Dentre as poucas menções, podemos observar duas, as quais eram um convite à discussão sobre o tema em um encontro de universitárias realizado na USP em maio de 1980 (*O Trabalho* nº 61, 1980: 2; nº 62, 1980: 2). Além do mais, a última menção localizada aparece no ano de 1981 (*O Trabalho* nº 95, 1981: 12), sendo que a partir desse exemplar, dentro do nosso recorte, não encontramos outras matérias que discutissem exclusivamente o tema. Nesse sentido, percebe-se que a discussão perde espaço dentro do jornal, o que pode nos auxiliar a refletir acerca da possibilidade da existência de conflitos internos à OSI, os quais poderiam interferir na forma como tais questões foram abordadas.

Dentro disso, podemos notar que a Convergência Socialista em diversos momentos nega a presença de tensões dentro dela, bem como em outras organizações de esquerda. Nesse sentido, notamos em um texto: “Somente a abertura de um sistema socialista poderá colocar concretamente o fim da família repressiva, a possibilidade da liberação da mulher e seus encargos domésticos, e o pleno desenvolvimento intelectual, sexual e criativo (...)” (*Convergência* nº 31, 1981: 15)

O excerto acima foi retirado de uma matéria que tratava da fração homossexual da CS. Nela, há a discussão acerca da opressão sofrida pelas mulheres, além de apontar o capitalismo como único gerador dessas tensões, o que omite sua presença dentro de organizações de esquerda, como apontado anteriormente (D'ATRI, 2004; TREBISACCE, 2010). Aqui seria omitida a questão da naturalização de tais ideias dentro da sociedade de forma geral. Em um texto sobre da I Conferência de Mulheres da CS (*Convergência* nº 24, 1980: 9), podemos notar que as pautas provenientes de movimentos de trabalhadores são postas em primeiro lugar, pontuando mais uma vez a discriminação sexual como um problema exclusivamente classista, o que também nos remete ao fato de que muitos militantes secundarizavam questões que não fossem vistas como de interesse geral dos trabalhadores (GREEN, 2003: 36 - 37). Além do mais, devemos atentar para o fato de que tal abordagem gerava conflitos entre

grupos de esquerda e setores feministas que defendiam uma postura autônoma desses movimentos quanto a organizações de cunho político (COSTA, 2010: 175).

Já no caso da DS, pudemos notar em nossas fontes que em certos momentos, os redatores da corrente omitiram a voz de militantes do sexo feminino para tratar de temas relacionados às mulheres. Em uma matéria acerca do aborto, são entrevistados Hélio Bicudo, Eduardo Suplicy, Eduardo Antunes, Paulo de Abreu e Ivan de Moraes. A única mulher que aparece tratando então do tema é a militante petista Irma Passoni (Em Tempo nº 100, 1980: 17 - 18). Em outro texto, Frei Betto é chamado para falar de questões como sexualidade e legalização do aborto (Em Tempo nº 157, 1982: 18).

Mesmo com tais tensões, outras discussões sobre as pautas referentes à liberdade da mulher perante o seu corpo, bem como a sua equidade perante os homens, aparecem no jornal em exemplares posteriores, como em uma série de matérias acerca do feminismo (Em Tempo nº 178, 1983: 11; nº 181, 1983: 6; nº 182, 1983: 11; nº 183, 1984: 13; nº 189, 1984; nº 196, 1984: 11). Mesmo assim, não podemos negar o fato de que conflitos e tensões continuaram a existir dentro da DS, visto que determinadas ideias ainda permaneciam nos discursos de muitos sujeitos apesar dos questionamentos acerca delas.

Sendo assim, partindo para a forma como a Articulação tocou em tais questões, devemos lembrar a presença expressiva de agentes provenientes de grupos vinculados às CEBs dentro da corrente, o que traz à tona algumas tensões referentes às pautas relacionadas ao corpo feminino e à maternidade. Por outro lado, segundo Daniel Aarão Reis Filho (2007: 503 - 540), a tendência possuía certo distanciamento quanto a debates teóricos, o que pode ter auxiliado em certos momentos a não abrir espaço a discussões acerca de problemas relacionados ao gênero.

Mesmo assim, como apontado nesse texto, a Articulação deixa claro em seu manifesto, a importância da atuação de movimentos sociais formados por setores oprimidos da sociedade, como aqueles que militavam em torno de temas relativos ao gênero e à sexualidade. Assim, em um livreto de 1984, a corrente ressalta como ponto a ser defendido a “garantia dos direitos das minorias” (Articulação, 1984: 35). Por outro lado, não localizamos em nossas fontes referências a questões acerca do corpo e da sexualidade feminina. Mesmo assim, não podemos dizer que não havia debate acerca de tais pautas dentro da tendência, visto que nela havia militantes de diferentes origens, como Janete Pietá e Elizabeth Lobo, signatárias do Manifesto dos 113 (Articulação, 1983: 3) e defensoras de reivindicações como a legalização do aborto. Também, não podemos esquecer que havia outros militantes que não

apareceram no manifesto, mas que eram membros da Articulação e apoiavam essas pautas, como Marta Suplicy e Eduardo Suplicy.

Assim, ainda devemos atentar para o fato de que a corrente centrou seus textos para pautas oriundas dos movimentos de trabalhadores. Tal questão nos remete ao receio de divisionismo existente entre militantes ali presentes, os quais temiam a divisão e a desmobilização dos trabalhadores devido ao foco dado a questões que não fossem tidas como de interesse geral dos trabalhadores (GREEN, 2003: 36 - 37). Além do mais, devemos lembrar a permanência, entre os operários, de ideias que secundarizavam a mulher dentro da sociedade e a objetificavam (REZENDE, 2007), além da oposição a temas tidos como imorais, visto o peso da religiosidade dentro de suas experiências. Sendo assim, ao observar o caso da corrente, devemos lembrar de que apesar do pouco espaço dedicado a tais questões, não podemos esquecer que entre os militantes da Articulação havia agentes favoráveis a elas. A resistência quanto a essas pautas pode ter se dado pela interferência de membros com posicionamentos contrários, o que nos leva mais uma vez a pensar nos conflitos existentes dentro da corrente, vista a variedade de posicionamentos ali presentes.

As correntes e a relação do PT com a participação e as pautas femininas.

Assim como nos demais pontos abordados neste texto, podemos notar em nossas fontes que os grupos aqui delimitados ressaltaram a presença de mulheres dentre os militantes do partido e deram apoio oficial às suas pautas e discussões. Porém, ao questionar nossas fontes, podemos observar certos pontos que levantam a discussão em torno de conflitos e tensões existentes dentro dessas organizações para com as reivindicações oriundas de grupos e movimentos sociais compostos por mulheres.

Em matérias escritas por militantes da OSI, podemos notar entrevistas dadas por mulheres sindicalistas que representavam o PT em determinados eventos. No caso, a militante Irene das Neves, metalúrgica de São Bernardo do Campo, trata da questão salarial em 1981. Apesar de destacar a fala da trabalhadora, a matéria omite questões referentes à discriminação de gênero ou à disparidade de salários entre homens e mulheres (O Trabalho nº 93, 1981: 8), o que nos remete mais uma vez à questão da ideia acerca da especificidade dessas questões e de sua secundarização dentro dessas discussões (GREEN, 2003: 37). Assim, mesmo em textos que omitem temas referentes ao gênero, notamos em outras matérias acerca do PT o destaque dado a tais questões. Nesse sentido, podemos observar em um excerto retirado do jornal *O Trabalho*:

Cerca de 150 mulheres militantes do PT, (...) participaram (...) do 1º Encontro Nacional do PT sobre o movimento de Mulheres. (...) A Carta aprovada possui quatro eixos principais de reivindicações: a luta por salário igual para trabalho igual (...) a luta por creches nos locais de trabalho e moradia; e, finalmente, o combate contra a discriminação e a violência sexual. (O Trabalho nº 157, 1982: 8)

Nesse caso, notamos uma contradição em relação aos textos que omitem a relevância de reivindicações relacionadas à questão do gênero. Dessa forma, devemos lembrar que esses jornais possuíam diversos redatores, bem como a corrente tinha militantes de várias origens e com experiências específicas, não devendo ser observada como bloco homogêneo (REIS, 1993). Pensando nisso, devemos ter em mente que essa diferença de pontos de vista poderia gerar tensões dentro dos debates ocorridos nesse grupo. Assim, devido ao tempo da pesquisa, aos nossos recortes e ao acesso às fontes não pudemos ir mais a fundo dentro desses debates.

Em seguida, ao analisar o caso da Convergência Socialista, podemos observar a tentativa da corrente em se aproximar de movimentos formados por sujeitos oriundos de setores discriminados dentro da sociedade. Nesse sentido, ela mostraria para esses militantes que o PT seria o único partido que poderia representar suas reivindicações:

Às mulheres socialistas cabe um papel fundamental na luta pela liberação feminina, levando as mulheres a discutirem suas questões específicas dentro dos sindicatos, de seus locais de trabalho, das escolas e dentro do PT, que hoje é o único partido que pode levar essa luta de forma conseqüente. Inclusive, o PT já vem organizando debates sobre o aborto (...) (Convergência nº 24, 1980: 9)

Aqui, lembramos mais uma vez a questão do apoio oficial da corrente às pautas levantadas por movimentos de mulheres, bem como de outros grupos. Nesse caso, os redatores da CS expõem o objetivo de contribuir para a construção do partido, visto que participaram de seus debates e contribuíram com discussões como as relacionadas aos movimentos sociais formados por mulheres, negros ou homossexuais. Em outro texto, os redatores ainda pontuam que esses militantes deveriam “entrar no PT, o único partido que se coloca contra a ditadura militar.” (Convergência nº 31, 1981: 15). Assim, pensando na contribuição da corrente com esses debates, devemos lembrar que ela, assim como outras, teve expressividade na formação de manifestos e planos de ação do PT (FARIA, 2005: 250 – 251). Por outro lado, podemos notar a presença em seu jornal de textos que dão uma imagem masculinizada ao PT. Em um deles, escrevem:

Os homens do PT – Edson Khair (deputado federal – RJ), Paulo Skromov (Coureiros de São Paulo), Lula, Henos Amorina (metalúrgicos de Osasco), Wagner

Benevides (petroleiro de Belo Horizonte) e José Ibrahim (ex-presidente dos metalúrgicos de Osasco) – se reuniram e lançaram oficialmente o partido. (Convergência nº 7, 1980: 5)

Nesse caso, observamos que os redatores da CS tratam do lançamento do Partido, porém, não questionam a baixa participação de mulheres no evento e atribuem apenas a figuras masculinas o processo de formação do PT. Nesse sentido, ainda podemos observar que ressaltam o fato de serem homens, o que nos leva mais uma vez à possível ideia de masculinização do partido, nos remetendo à permanência de idéias que colocavam a atividade política como algo masculino, visto que seria oposta a uma idéia de passividade ligada à feminilidade (WOLFF, 2010: 149). Ainda, devemos atentar para a ideia ali presente de unificar os militantes dentro de categorias, visto que havia o receio por parte de muitos agentes de que a atenção a questões tidas como específicas poderia dividir o grupo (GREEN, 2003: 37). Assim, podemos observar em outro texto do jornal da CS:

Porque, mesmo que Marilena Chauí ou outro intelectual sejam do PT, eles não pertencem à classe operária. É certo que talvez Marilena conseguisse mais votos que Lula. Isso porque os operários mais atrasados, que não confiam em suas próprias forças, confiariam mais em alguém de outra classe social do que em um companheiro de sua própria classe. (Convergência nº 69, 1985: 5)

Nesse caso, nota-se que os redatores da CS criticam a presença de militantes não oriundos dos setores operários dentro do processo eleitoral de 1982. Aqui, há o questionamento quanto à presença de Marilena Chauí e também aos trabalhadores que, pela visão do texto, se deixariam representar por agentes de outros setores da sociedade. Assim, mesmo sem tratar de questões referentes ao gênero, podemos observar esse caso como parte das tensões que envolviam os movimentos de mulheres, visto o receio quanto à composição interclassista deles (GREEN, 2003: 37).

Passando para o caso da DS, deve-se ter em mente que o grupo, assim como a CS, tinha presença expressiva de militantes oriundos de movimentos compostos por setores identificados como oprimidos dentro da sociedade. Em nossas fontes, nota-se que a corrente dava espaço em seu jornal a discussões relacionadas a eles. Em algumas matérias, podemos notar questionamentos quanto ao espaço dado às mulheres dentro do Partido. Nesses casos, notamos que as matérias foram escritas por militantes oriundas de grupos feministas, como Marília Carvalho (Em Tempo nº 148, 1982: 13; nº 151, 1982: 15; nº 152, 1982: 14). Em seus textos, temas referentes à discriminação de gênero são pontuados, além do espaço dado a reivindicações oriundas de movimentos de mulheres. Mesmo assim, podemos observar que as

críticas também são feitas quanto à forma como os redatores da DS lidavam com a presença de mulheres no PT.

Em uma matéria acerca da abertura de um diretório em Contagem, sem autoria exposta, os redatores da DS descrevem a composição dos militantes presentes ao evento. No texto, é de se notar a omissão da participação de mulheres dentre as muitas pessoas que ali estavam. Também, tratam da defesa de pautas referentes às trabalhadoras, como creches e igualdade salarial, porém, sem mencionar a contribuição feminina para essas reivindicações (Em Tempo nº 103, 1980: 5). Questionando isso, militantes escreveram uma carta, a qual foi publicada pelo jornal em um exemplar posterior:

Com o objetivo de contribuirmos para esta discussão nos outros Estados, pedimos à redação do jornal que publique a nossa proposta, onde se verá também que a questão da criação de creches, lavanderias e restaurantes públicos deve estar relacionada principalmente com a luta das mulheres. (Em Tempo nº 106, 1980: 9)

Nesse excerto, notamos a preocupação das militantes em atribuir às mulheres a atuação por reivindicações relacionadas à discriminação de gênero e aos problemas decorrentes dessa questão. Nisso, remetemos mais uma vez à ideia presente dentre militantes de grupos de esquerda de que o homem trabalhador seria a vanguarda das reivindicações relacionadas à luta de classes (NASCIMENTO, 2012: 11 - 12). Nessa questão, podemos observar ainda que os redatores da DS ressaltaram a participação de mulheres dentre as candidatas do PT às eleições de 1982. Por outro lado, notamos em outros textos que em alguns momentos elas foram mostradas como militantes trabalhadoras, mas não foi discutida a sua representatividade enquanto agentes oriundos de grupos de mulheres, o que conflitava com posturas advindas de setores femininos defensores da autonomia do movimento além da relevância de tais pautas dentro de questões referentes ao marxismo (COSTA, 2010: 175).

Ao tratar da Articulação, notamos em alguns momentos em suas fontes, referências a movimentos sociais compostos por sujeitos identificados enquanto oprimidos dentro da sociedade (mulheres, negros, homossexuais). Por outro lado, não podemos deixar de observar que a corrente foca em grupos organizados em torno dos trabalhadores, secundarizando questões relacionadas a setores que eram tidos como não vinculados a grupos populares da sociedade. Como aponta Eder Sader (1988), sabemos que não há como separar totalmente os movimentos de oprimidos dos sindicatos e operários. Nesse sentido, notamos em um texto, que a atuação do PT nos movimentos sociais é tratada: “priorizar o trabalho, criando núcleos, nos locais que concentram os trabalhadores oprimidos e explorados (...) orientar a

participação dos filiados nos vários movimentos sociais (...) tais como: de mulheres, negros, inquilinos, etc.” (Articulação, 1984: 4).

Nesse caso, pensando na composição da Articulação e a presença predominante de sujeitos provenientes dos meios sindicais, devemos remeter à forma como tais pontos eram colocados. Assim, como nos mostra Vinícius Donizete Rezende (2007), apesar de as mulheres promoverem a discussão e a incorporação de reivindicações oriundas de suas experiências enquanto mulheres, muitas dessas pautas acabavam sendo omitidas dentro das reivindicações levantadas pelos sindicatos. Tal questão ocorria em parte pela resistência em dar foco a pontos que eram tidos como divisionistas ou que desconstruíam ideias acerca das mulheres, estas naturalizadas dentro da sociedade. Nesse sentido, podemos notar em um plano de ação da Articulação quanto à Assembleia Constituinte:

(...) devem ser consideradas as questões relativas à limitação da jornada de trabalho, seguro-desemprego, direito à habitação, direito à comunicação social e outros (...) a obrigação das empresas garantirem, para os que vivem do trabalho, tempo e recursos adicionais para a auto-educação, cultura, lazer, direitos à creche, maternidade, etc. (Articulação, 1986: 26)

Aqui, assim como no caso exposto anteriormente, é de se notar que são levantadas questões referentes aos movimentos de mulheres, porém, como no caso acima exposto da DS, elas são atribuídas aos movimentos de trabalhadores sem levar em consideração a atuação de militantes do sexo feminino. Ainda, devemos lembrar que segundo Daniel Aarão Reis Filho (2007: 503 - 540), muitos militantes da Articulação possuíam certa aversão a debates teóricos, o que nos auxilia a entender porque em alguns momentos a questão do gênero não foi discutida a fundo. Também, do porque em certos casos não é debatida a origem de militantes que representavam o partido, diferente do caso anteriormente exposto da CS, por exemplo.

Considerações Finais.

Lembrando que as quatro organizações aqui analisadas eram compostas por sujeitos com experiências específicas e diferentes pontos de vista, podemos notar a presença de tensões quanto às reivindicações femininas nas fontes produzidas por tais grupos durante o período delimitado em nosso recorte temporal. Mesmo assim, todas as correntes mostraram de alguma forma o apoio a questões referentes à atuação feminina dentro dos movimentos sociais, das organizações de esquerda e dentro do Partido dos Trabalhadores.

Quanto a temas referentes ao corpo, à sexualidade e à maternidade, as três tendências

trotskistas publicaram em seus jornais, textos escritos por militantes internos e externos a elas. Neles, mostravam apoio à legalização do aborto ou ao conhecimento da mulher de seu próprio corpo. Nesse sentido, para além de um processo de aproximação entre grupos trotskistas e movimentos de mulheres, devemos lembrar o questionamento deles ao regime, defendendo pautas que eram contrárias a padrões defendidos pelos militares (KAREPOVS, 2007). Apesar da falta de referências nas fontes produzidas pela Articulação, nota-se desde o seu manifesto a presença de militantes que defendiam temas tidos como delicados.

Dentro de tais pontos, como nos mostra João José Reis (1993), não podemos pensar um determinado grupo ou setor social como um bloco homogêneo, visto que dentro de tais categorias, há uma diversidade de sujeitos e experiências específicas, o que devemos estender aqui para o caso das organizações políticas. Nesse caso, apesar de os jornais apontarem para os apoios a determinadas questões, bem como a um maior espaço à participação feminina nos grupos de esquerda, podemos notar tensões quanto à variedade de abordagens presentes nos diferentes textos publicados nos jornais desses grupos. Devemos lembrar que essas fontes eram escritas por diferentes pessoas que mesmo seguindo em seus textos as linhas de pensamento de suas correntes, acabavam mostrando abordagens e pontos de vista específicos, os quais muitas vezes omitiam a presença e a participação de mulheres em determinados eventos ou espaços. Também, secundarizavam reivindicações em detrimento de outras tidas como de interesse geral dos trabalhadores.

Sendo assim, devemos ter em mente que os sujeitos levavam seus posicionamentos e conflitos para dentro dos grupos onde militavam, os quais não deixavam de existir quando alguns deles adentraram ao partido como correntes internas. Nisso, lembramos que mesmo dentro de organizações de esquerda que tentavam se aproximar de grupos como as mulheres, havia entre uma parcela de seus militantes a permanência de ideias que conflitavam com pautas que até então não tinham espaço dentro deles (ELEY, 2005). Tais discussões podem ter interferido nos debates ocorridos dentro do PT, lembrando mais uma vez do espaço ocupado por esses grupos dentro do partido, bem como do fato de que a transformação deles em correntes não acabou com as tensões já presentes entre seus militantes anteriormente.

Fontes:

Fundação Perseu Abramo:

Fundo Articulação Unidade na Luta – Companheiros do PT, 1983; I Seminário Nacional da Articulação, 1984; Plano de Ação, 1984; Articulação, 1984; Na Constituinte, 1986.

Fundo Democracia Socialista – Jornal Em Tempo

Fundo Organização Socialista Internacionalista – Jornal O Trabalho

CEDEM – UNESP:

Coleção Periódicos – Jornal O Trabalho, Recortes do Jornal Em Tempo.

CEDIC –PUC-SP:

Coleção Periódicos – Jornal Convergência Socialista

Bibliografia:

BRANDÃO, Marco Antônio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979 – 1994)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

D'ATRI, Andrea. Feminismo y Marxismo: más de 30 años de controversias. In: **CEME – Archivo Chile**, v. 3, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FARIA, Marcos Moutta de. A experiência do Movimento Convergência Socialista. In: **Cadernos AEL** 10.22/23, 2005.

GOODY, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991

GREEN, James N. “A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade ea esquerda na América Latina.” In: **Cadernos AEL** 10.18/19 (2003).

KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. Os Trotskismos no Brasil: 1966 – 2000. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960**, vol. 6. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

NASCIMENTO, Mirian Alves do. Relações de Gênero e a Participação na Nova Esquerda no Brasil (1969 – 1979). In: **XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça**. Rio de Janeiro: UFRJ, de 10 a 13 de junho de 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1338168396_ARQUIVO_Mirian_Nascimento_ENHO.pdf. Última visualização em 25/03/2015, às 02:31 hs.

REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia” In: **Revista USP**, n. 18, 8-29, 1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas.” In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964 -)**, v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.

REZENDE, Vinícius Donizete. A Experiência de Sapateiras no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca nos anos 1980. In: **XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0032.pdf>. Última visualização em: 25/03/2015, às 02:31 hs.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **A greve no masculino e no feminino**: Osasco, 1968. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TREBISACCE, Catalina. Una segunda lectura sobre las feministas de los 70 em Argentina. In: **Conflicto Social**, ano 3, n. 4, Buenos Aires: 2010. p. 26-52.

WOLFF, Cristina Scheibe. O Gênero da Esquerda em Tempos de Ditadura. In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.